



Itinerário Formativo na Educação de Trabalhadores: uma política, um experimento, uma pesquisa – diversificação curricular no Instituto Federal Fluminense

Paola Barros de Faria Fonseca, Gerson Tavares do Carmo

A política educacional se faz e se refaz nas múltiplas arenas públicas, desde as orientações gerais, norteadoras, previstas nas legislações, decretos, resoluções, até o local, em suas disputas internadas que refletem os projetos desenvolvidos institucionalmente. Os projetos, ações e serviços desenvolvidos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) também passam por essas disputas. A partir desse contexto, esta pesquisa analisa a trajetória de construção do Projeto Pedagógico do curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica do *Campus* Avançado São João da Barra (CASJB), que é a primeira experiência na Rede Federal de Educacional, Ciência e Tecnologia construída por itinerário formativo, no qual o estudante recebe certificações profissionalizantes parciais, podendo chegar à qualificação de nível técnico. A fim de compreender como essa política se constrói busca-se a análise de vários quadros que consideram como cada ator se envolveu com o projeto: Qual foi o processo de ação que permitiu que o curso por itinerário formativo acontecesse no CASJB? Quais foram as bases e os argumentos legais? Quais foram os princípios norteadores da instituição? O que os estudantes e servidores ainda envolvidos com o curso pensam, sentem e valorizam? Quais conflitos, mal entendidos e controvérsias os estudantes e servidores vivenciaram na implementação do modelo? Como essa nova proposta de curso está sendo recebida pelos outros campi do IFF e pela Rede Federal como um todo? A pesquisa está na fase de análise documental, abrangendo tanto os documentos produzidos coletivamente no interior do Instituto quanto os documentos produzidos em nível nacional, que fomentaram a construção dessa nova proposta de curso. O documento que inaugura o curso coloca que seu interesse é o atendimento do público trabalhador (PPC, 2019). O “Plano de Desenvolvimento Institucional” (PDI, 2018), apresenta que um dos maiores desafios dos institutos continua sendo o acesso e a permanência do educando. O Projeto Político Pedagógico Institucional defende a construção de “um currículo inclusivo que considera diferentes perfis sociais, faixas etárias e regionalidades dos estudantes ingressos, adotando linhas teórico-metodológicas apropriadas ao processo de ensino-aprendizagem” (PDI, 2018, p. 61). A partir da análise documental foi identificado como interesse institucional a criação de política alternativa de busca ativa do público trabalhador e a promoção da elevação de escolaridade dos trabalhadores (Ibid, p. 69), haja vista que existe um aparato legal que incentiva a construção de uma diversificação curricular.